América Latina: a ideia, mais uma vez

Mauricio Tenorio Trillo*

Resumo

0. Onde o autor apresenta brevemente o tópico e seus debates atuais, sendo uma explicação de uma morte que nunca se deu, bem como dos objetivos do autor ao voltar mais uma vez ao assunto. **1.** Uma observação inevitável sobre o histórico “sim, mas não, obrigado” do Brasil em face da América Latina. **2.** Sobre a adesão final do autor à “América Latina”, sendo um relato de sua derrota e de sua natureza simplória.

Palavras-chave

América Latina. Iberismo. *Latinité*.

Abstract

0. Where the author introduces briefly the topic and its current debates, being an explanation of a death that never came, as well as of the goals of the author in once more returning to the topic. **1.** An inevitable note on Brazil’s historical yes but not thanks vis-à-vis Latin America. **2.** On the author’s final embrace of “Latin America,” being an account of his defeat and his simpleton character.

Key words

Latin America. Iberismo. *Latinité*.

0. Onde o autor apresenta brevemente o tópico e seus debates atuais, sendo uma explicação de uma morte que nunca se deu, bem como dos objetivos do autor ao voltar mais uma vez ao assunto

A ideia de América Latina tinha que ter se tornado obsoleta há muito tempo atrás. Ou ao menos eu assim achava há alguns anos (TRILLO, 1999)¹. Ainda assim, sobre aquilo de que dificilmente se pode dizer “estava vivo”, não se pode nunca afirmar “está morto”. Nem Deus nem o amor nunca existiram

* Ph.D. em História pela Universidade de Stanford (Stanford/Estados Unidos) e professor do Departamento de História da Universidade de Chicago (Chicago/Estados Unidos). E-mail: tenoriotm@uchicago.edu.

¹ Gostaria de não ter usado notas de rodapé neste ensaio, mas compreendo que a função destas notas é guiar o leitor, revelar fontes de inspiração, estabelecer a autoria de ideias e citações. Elas não têm qualquer serventia, contudo, para promover o autor deste ensaio. O que se segue, assim, evita inteiramente as autoreferências, à exceção desta, em que lidei diretamente com este tópico há anos.

realmente, mas quanto magoam! “América Latina”, mais do que nomear algo real, tem sido o título, a trama, uma autobiografia de uma crença que, desde os anos 1850, tem escapado da extinção por funcionar como a sintaxe elementar com a qual formular variadas versões dos séculos XIX, XX e XXI, de traços essenciais, as inexplicáveis e confusas palavras chave dos tempos modernos – progresso, industrialização, autenticidade, desigualdade, identidade. Assim, ao longo de quase dois séculos, as sobras de diversos banquetes explanatórios alimentaram o termo – raça, cultura, imperialismo francês, imperialismo espanhol, revolução, desenvolvimento, anti-imperialismo, religião. Mas, da mesma forma como acontece quando, imprudentemente, cedemos à tentação de debater o conceito de Deus, tentar provar ou contestar a existência da América Latina seria já pertencer à trama: “América Latina”. Mas é fato: a América Latina nunca foi um lugar real, uma civilização clara ou uma cultura ou culturas bem demarcadas e únicas. E ainda assim, sendo tão duradoura, seria tolo não perceber sua importância como uma influente “segunda natureza”, que um dia se materializa como o espírito da *latinité* versus as forças materiais do anglo-saxonismo, no outro ressuscita como a superioridade hispânica sobrenatural de José Enrique Rodó ou o triunfo nietzschiano da beleza e da luxúria universal de José Vasconcelos. Não, o termo veio para ficar e é importante. O que fazer com ele?

A primeira coisa a fazer com ele é expor, desfrutar e habitar a sua ironia. Roma era tanto o *imperium Populi romani*, a crescente adoção das leis e instituições romanas, como o império romano em si mesmo: o controle e conquista de vastos territórios que às vezes resistiam, às vezes exigiam a *urbanitas* latina e tudo aquilo que Roma implicava. As línguas românicas e diversas instituições políticas e legais que se acreditava referidas àquelas origens imperiais comuns, as línguas, os povos, as regiões que faziam parte do mundo romano, incluindo povos de língua inglesa e americanos de todos os tipos. Assim, como é bem sabido, a ideia de uma parte latina da América foi, acima de tudo, uma torção moderna de uma velha ideia, um produto do choque entre impérios modernos. Mas a sua natureza imperial contaminou o termo com algo mais do que o peccadillo de seu florescimento, digamos, na tentativa do Segundo Império francês de por freio às “raças anglo-saxônicas”. A aventura mexicana de Napoleão, *le petit*, fracassou, mas não os pressupostos políticos, raciais e culturais corporificados pelo termo “latino”. O sentido de América Latina ainda faz eco ao velho anti-anglo-saxonismo imperial. No velho estilo francês, este anti-anglo-saxonismo era racial, mas era também uma forma católica de anti-modernismo e anti-protestantismo.

Os Estados Unidos, disse o Conde de Gobineau, estavam “infectados por todos os corrosivos frutos da modernidade”. Este anti-modernismo implica uma autoridade forte, a desconfiança da liberdade plena, o espírito sobre a matéria e a desconfiança em relação ao individualismo; é dizer, os alvos corporatistas ou estamentais, e as metas espirituais predominam sobre as paixões individuais).

De fato, como parte da *latinité* “América Latina” era uma ideia muito conservadora, uma ideia que sonhava com a unidade não apenas de uma suposta raça, mas também de todos os inimigos da democracia e da modernização. Enquanto na França do Segundo Império os defensores do império latino brincavam com a ideia de apoiar os estados confederados na Guerra Civil americana – torcendo a *latinité* de modo a fazê-la significar o amor pela ordem, pela autonomia local e pela tradição, como na defesa da *latinité* no sul da França nos anos 1850 –, os liberais mexicanos eram contrários ao império latino e aliados do “presidente negro”, Abraham Lincoln (SAINLAUDE, 2011). Para os anti-modernos, a aventura mexicana francesa era a Guerra da Crimeia 2: o papel da Rússia era feito pelos Estados Unidos e o papel da Turquia foi dado ao México, que seria defendido pelos poderes europeus até mesmo contra si mesmo, estabelecendo assim um reino latino. Em meados do século XIX (SÉCULO XIX????), ao usar o termo “América Latina”, ninguém sonhava com um reino anti-eslavo latino, mas quase sempre se referiam a não-norte-americano e a uma ou outra forma de superioridade espiritual sobre o mundo protestante materialista. As conotações do termo são duradouras assim.

A ironia não termina neste projeto imperial alimentado por latinidades românticas regionais, mas se torna a ironia de uma *Amérique Latine* anti-saxônica racial, transformada não em uma forma francesa, mas em uma forma hispânica global de anti-americanismo, antiprotestantismo e antimodernismo. Mais ironia: as visões da Espanha de Washington Irving e o *iberismo* e a *latinité* europeus foram ecoados pelo *hispanismo americano* do final do século XIX. E somente para, mais tarde, se transformar no patrimônio daquilo que se esperava que não fosse desde o início; isto é, l’*Amérique Latine* se tornou o termo duradouro e igualmente imperial, porém agora com base nos Estados Unidos, “Latin America” (em inglês), articulado como os não-Estados Unidos, e os Estados Unidos que, de alguma forma, não são realmente Estados Unidos – Latino, Latina: o aglomerado racial e cultural de coisas que se presumia serem o domínio autêntico de grande parte da população norte-americana. Agora, no século XXI, todos eles, deste e do outro lado da fronteira do sul dos Estados Unidos, são Latinos, como queria Napoleão III; milhões são cidadãos norte-americanos, porém de alguma forma

exotizados como diferentes, como pertencentes a outra ontologia cultural, miticamente ligados a uma Atlantis inexistente: a América Latina. Outra ironia: a política da identidade que puniu, comercial e politicamente, os latinos nos Estados Unidos, não tornou o termo América Latina obsoleto; ela materializou neste conceito etéreo um mercado comercial e político concreto.

Resumindo, assim como o sobrenome espanhol comum “Matamoros”, que tão claramente se refere a uma tragédia, mas que, mesmo assim, passa despercebido na conversa coloquial em espanhol, “América Latina” se tornou um senso comum automático, apesar de sua inexistência e de suas conotações desagradáveis. E, por isso mesmo, o conceito merece respeito. O termo foi capaz de encarnar como o pressuposto geográfico e cultural essencial das teorias da modernização pós-Segunda Guerra Mundial; teorias que assumiram, sem questionar, a existência de uma parte latina das Américas – tradicional, católica, patrimonialista, retrógrada, confusa, violenta –, onde aplicar uma nova engenharia social. O poder do termo residia precisamente em sua capacidade de ser aceito sem questionamentos, o que era menos a pressuposição de um lugar, uma cultura e um povo como espaço de experimentação e mais a necessidade de uma “América” estranha, para que a outra América pudesse se fazer a pergunta “espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?” O poder do conceito de América Latina também encantou as utopias revolucionárias marxistas, a ponto de, nos anos 1970, *la revolución* e *América Latina* serem sinônimos. Então, talvez pela primeira vez, o termo foi amplamente adotado por outros que não os intelectuais e estudantes universitários. Além disso, o tipo de tratamento mais recente dado à América Latina, pós-colonial, das feridas coloniais, libertação, trans, pós, modernidade alternativa, foi, por assim dizer, um “más me quiere más me pega” para a própria ideia de América Latina. O potencial do conceito como civilização singular, homogênea em sua promiscuidade universal e ontologicamente distinta de um certo paraíso presumido de mecanismo e poder, tornou-se ainda mais sedutor por meio das críticas neo-indigenistas, pós-coloniais, enfim, epistemes alternativas da ideia de América Latina.

Durante as últimas décadas, é claro, houve, principalmente em espanhol e em português, várias críticas à própria utilidade do termo América Latina. Escritores proeminentes da minha geração, como Jorge Volpi, se autodefiniram como os escritores pós-América Latina que não lidam com quaisquer paisagens latino-americanas: os primeiros verdadeiros cosmopolitas nas nossas pobres Comalpas, Pasárgadas e Macondos. Assim Volpi anunciou o fim da América Latina, ou ao menos do Escritor Latino-Americano. Mas, ainda assim, que escritor, ao

escrever em espanhol ou português ou nahuatl, seria não-cosmopolita, não seria simultaneamente menos e mais do que latino-americano? Ignacio Manuel Altamirano? Amado Nervo? Rubén Darío? Machado de Assis? Alfonso Reyes? Pedro Henríquez Ureña? Juan Rulfo? José María Arguedas? Ida Vitale? Na verdade, o sucesso atual de escritores ao estilo Volpi no mercado literário monopolista de língua espanhola não é nada mais do que a compra de uma velha noção e condição – o escritor latino-americano. Uma condição que eles, se não alegremente, ao menos rentavelmente, assumem. Além disso, ridicularizar a condição latino-americana se tornou um clichê para certos intelectuais conservadores de língua espanhola, como Álvaro Vargas Llosa – um alvo fácil. Mas suas posições filosóficas e políticas são tão radicalmente conservadoras que eles não tiveram muita repercussão nos círculos acadêmicos ou intelectuais mais amplos, seja em espanhol ou em inglês. Além disso, o seu próprio anti-latinismo se volta contra eles: eles são o intelectual latino de iniciação para a Nova Iorque ou a Miami *mainstream* (MENDOZA, MONTANER & VARGAS LLOSA, 1996; VOLPI, 2009).

Ainda mais revelador é o anti-latino-americanismo brasileiro recente que busca expor a falta de sentido da América Latina, como no *Guia politicamente incorreto da América Latina*, de Leandro Narloch e Duda Teixeira (2011). Está certo que esta é uma velha cruzada, o Brasil se distinguindo do resto do continente – uma tarefa habilmente realizada nos anos 1820 por José Bonifácio ou por Joaquim Nabuco e Eduardo Prado nos anos 1890. É claro que houve também um eloquente pró-latino-americanismo brasileiro, mais uma forma de autocrítica do que um amor pela América Latina, melhor expresso no irônico “Rondó dos cavalinhos” de Manuel Bandeira (anos 1920): “Os cavalinhos correndo,/ E nós, cavalões, comendo.../ Alfonso Reyes partindo,/ E tanta gente ficando...” Esta é assim uma velha história. Mas Leandro Narloch e Duda Teixeira usam o humor para debochar daquilo que veem como intrínseco à ideia de América Latina: uma lamentação constante, a transformação de toda cultura local em uma forma de resistência cultural, seu amor pela violência. E fazem isso mirando em ícones latino-americanos, tais como Che Guevara, Bolívar, Villa ou Salvador Allende: “Quanto mais bobagens eles falarem e quanto mais sabotarem seu próprio país, mais estátuas equestres e estampas em camisetas serão feitas em sua homenagem” (NARLOCH & TEXEIRA, 2011). Mas, na verdade, o crescimento do Brasil em termos de importância mundial está fazendo muito mais pela obsolescência do termo América Latina do que qualquer livro ou crítica.

Em inglês, contudo, a ideia de América Latina não recebeu muitas críticas

além da própria historicização das velhas e novas conotações imperiais do termo e das origens ligadas à Guerra Fria dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos². A crítica mais relevante, relativamente recente, da ideia de América Latina em inglês foi *The Idea of Latin America* (2005), de Walter D. Mignolo: “Uma escavação”, argumenta ele, “das bases imperiais/coloniais da ideia América Latina que nos ajudará a esclarecer a geopolítica do conhecimento sob a perspectiva da colonialidade, a contrapartida histórica oculta e inédita da modernidade” (MIGNOLO, 2005). De fato, esta foi uma crítica devastadora do inegável DNA imperial do termo, feita em nome de uma nova perspectiva, a perspectiva da “colonialidade”, a qual, explica Mignolo, “surge da condição da ‘ferida colonial’, o sentimento de inferioridade imposto a seres humanos que não se encaixam no modelo pré-determinado nas narrativas euro-americanas”. Por mais importante que possa ser esta crítica à ideia de América Latina, ela foi, acredito, não uma negação, mas uma forte reafirmação de partes essenciais daquilo que América Latina significou por um longo tempo: uma ontologia alternativa, diferente, racial, cultural e real (ainda que agora baseada não em uma mistura racial e cultural, não em versões francesas ou espanholas da latinidade, mas em seu componente nativo intrínseco). Ela retém da América Latina, como a velha *filosofia de lo latino-americano*, sua conotação como um lugar cultural que naturalmente clama por utopias; como um constante descascar de camadas de inautenticidade para chegar ao coração da alcachofra: uma alma nativa difusa formada tanto por referência aos povos de língua nahuatl ou quéchua no século XVI, ao México ou Peru do século XXI ou às chamadas latinas nos Estados Unidos. Assim, conforme argumenta Mignolo, é possível sustentar que “40 milhões de latino/as nos Estados Unidos já se sacudiram e começaram a escovar as lembranças imperiais de seus/nossos corpos”. Dom Santiago Ramón y Cajal – o sábio neurocientista espanhol do início do século XX – não apenas teria se maravilhado diante da própria possibilidade de 40 milhões de pessoas muito diferentes tendo as mesmas

2 Arturo Ardao começou esta história, que teve sequência com J. Phelan nos anos 1960. A este respeito, ver o extenso capítulo bibliográfico em Trillo (1999). Graças ao incrível esforço de Mari Carmen Ramírez, os pesquisadores agora têm acesso digital a muitos dos documentos fundadores para o estudo da ideia de América Latina e suas muitas conotações culturais e disciplinares. É impossível exagerar a importância do projeto – ver o International Center for the Arts of the Americas at the Museum of Fine Arts, Houston. Documents of 20th-Century Latin American and Latino Art, A Digital Archive, <http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/en-us/about/theproject/whatisheicaadocumentsproject.aspx>. Ver também SAN MIGUEL (2010, 2004); MIREZ (1993); VILABOY (2002); FERES (2005); CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL (2007); CASTRO-GÓMEZ (1996); MORANA, DUSSEL & JÁUREGUI (2008); LARSEN (2003); CENTENO & LÓPES-ALVES (2001); GRACIA & MILLÁN-ZAIBERT (2004); SALLES & MILLÁN-ZAIBERT (2005); HURTADO (2011). Ver MOYA (2010) e o difícil texto de DE LA CAMPA (1999); BARRIOS (2007); BRAUDEL (1948); ESTRADA (1982); MCGUINNESS (2003); QUIJADA (1997). Sobre a questão de se o termo América Latina tem ou não uma origem francesa, ver QUIJADA (1998).

lembranças, e ainda por cima imperiais, mas também se perguntaria sobre as outras lembranças reais que pertencem verdadeiramente a estes neurônios latinos. Resumindo, creio que a crítica de Mignolo não é uma América não-Latina, mas uma América Latina por excelência: ela radicaliza, *comme il faut* em inglês e através de uma presumida alteridade radical, as implicações utópicas etnoculturais, duradouras e poderosas, do termo América Latina³.

Em síntese, o que há em um nome que o torna tão eloquente e resistente?

1. Uma observação inevitável sobre o histórico “sim, mas não, obrigado” do Brasil em face da América Latina

Antes dos anos 1970, “América Latina”, o nome, não fazia parte de qualquer *vulgari eloquentia* real. O conceito pertencia a intelectuais e políticos. Nos Estados Unidos, em torno dos anos 1850 o termo ganhou conotações imperiais francesas, isso está claro, embora alguns escritores argentinos, colombianos ou chilenos defendessem a mesma ideia, mais ou menos ao mesmo tempo – e com frequência o fizessem em Paris. Debater as origens francesas ou “latino-americanas” “reais” do termo não melhoraria a ideia – “América Latina”. De certo modo, se não era inteiramente uma má ideia, era uma ideia característica de uma época e, por assim dizer, de uma má época. Foi concebida por intelectuais que tinham como única pátria sua própria língua. E ser um intelectual de língua espanhola no século XIX era, em todos os sentidos, de alguma forma viver em francês, não no sentido da língua estrangeira pertencente à França, mas no sentido do seu próprio latim. Assim, não tem muito sentido discutir a autenticidade da palavra – em termos de ter sido realmente articulada por personagens que não dispunham de qualquer forma factual ou lógica para personificar tal autenticidade. Muitos, inclusive eu mesmo, discutimos a *patria potestate* do termo durante o império de Maximiliano no México nos anos 1860 apoiado pelos austríacos e franceses – a ironia de um ideólogo de Napoleão III, Michel Chevalier, anti-teutônico, anti-anglo-saxão, pan-latinista saint-simoniano, apoiando um império mexicano (supostamente latino) que era por acaso comandado por um soberano, Maximiliano, que não

³ Ver PALTÍ (ed., 2010:12): “corrientes mas recientes, marginales, en realidad, en su mayor parte desprendimientos de las teorías dependencistas, y en cuyo límite –que se roza ya con lo paródico—se encuentran la escuela culturalista promovida por Richard Morse y las diversas vertientes de la llamada “filosofía latinoamericana” (y cuyas últimas estribaciones entonarán con las perspectivas poscoloniales hoy en boga en Estados Unidos) buscaran dislocar esta tendencia denigratoria (y autodenigratoria) confirmando atributos positivos a este pathos que supuestamente identifica desde sus orígenes la cultural política latinoamericana. No obstante, estas valoraciones opuestas se apoyan aun sobre la misma antinomia de base, la cual, lejos de debilitarse, se refuerza”.

era menos “teutônico” do que seu irmão, Franz Joseph, imperador do império austro-húngaro. Não há muito o que acrescentar a isso.

A ideia de América Latina, na Europa ou nas Américas, não era mais do que um fio de uma trama cultural e política mais densa que envolvia, é claro, a Espanha, a América espanhola, Portugal e a França, mas também os Estados Unidos, bem como o pan-germanismo e o pan-eslavismo emergentes. Permitam-me explicar isso de forma sucinta e, portanto, esquemática: na Europa, a ideia de “América Latina” era uma adaptação peculiar de duas vertentes do final do século XVIII e do século XIX – de um lado, *iberismo*; do outro, a *latinité* compreendida em diferentes momentos como regionalismo na França (o sul *versus* o norte) ou como *méditerranéité*. Ambas as vertentes eram estratégias comerciais geopolíticas que buscavam encarar os desafios colocados tanto pelos realinhamentos dos impérios europeus durante o século XIX quanto pela emergência maciça dos modernos estados-nação. Ambos, *iberismo* e *latinité*, eram também agendas culturais importantes que incluíam, digamos, as buscas românticas pelo *Volkgeist* por meio do re florescimento de línguas e tradições locais nos anos 1840 e 1850 ou de todos os tipos de doutrinas raciais dos anos 1880 até os anos 1920. Embora, em linhas gerais, as duas vertentes não tenham se materializado em qualquer realidade política ou militar significativa, ambas tiveram efeitos culturais duradouros – um deles, de longa duração: a ideia de América Latina.

O *iberismo* foi um movimento político e cultural que girava em torno de Portugal e de *las Españas* – aqui o plural, *las Españas* (ou *les Frances*) é vital, conforme mostrarei – como resultado das desastrosas guerras napoleônicas na Europa e nas Américas. Era uma forma comum de enfrentar os desafios imperiais – que revela que as ameaças às possessões portuguesas na África e na Índia eram muito parecidas àquelas que a Espanha viveu no desastre de 1898. O *iberismo* foi especialmente visível e influente entre os anos 1840 e 1920, e foi de alguma forma invocado durante os primeiros momentos das ditaduras de Salazar e Franco nos anos 1930. O *iberismo*, contudo, conforme argumentou o historiador José Álvarez Junco, nunca foi uma ideia realmente popular; pertencia aos intelectuais e teve ecos significativos em diversas agendas políticas. Seu principal inimigo original foi a França, mas gradualmente se adaptou de forma a incluir, como *bête noire*, os Estados Unidos. Sua principal reivindicação era a crença em uma história e destino comuns de Portugal e Espanha vis-à-vis a crescente hegemonia francesa – embora a estranha, porém duradoura, aliança de Portugal com a Inglaterra tenha muitas vezes obscurecido as reivindicações étnicas e culturais do *iberismo*. Por sua vez, as políticas norte-americanas dirigidas a Cuba, Porto Rico e às Filipinas

durante os anos 1890 e 1900 tornaram o *iberismo* mais atraente intelectualmente, seja em Madri ou em San Juan, em Montevidéu ou em Barcelona⁴.

Em suas origens, o *iberismo* cultural foi uma reação à outra vertente, a *latinité* – um posicionamento militar e comercial estratégico mais franco-espanhol -, mas estava também nas raízes do *hispanismo* pós-1898 na Península e nas Américas, incluindo, vale a pena sublinhar, os Estados Unidos. Na América espanhola – mas não na Espanha, em Portugal, nem mesmo no Brasil – o *iberismo*, como conceito, parasitava o termo “América Latina”. Isto é, entre os anos 1840 e 1860, a *latinité* foi a vertente intelectual que deu origem ao plano imperial de *L’Amérique latine* durante o Segundo Império Francês. Mas a *latinité* era muito mais do que isso; era uma história audaz com diversas trilhas; a ideia de *L’Amérique latine* como um império comandado pelos franceses na América, como um êxtase neolatino à base de haxixe; a união da *latinité* clássica em ambos os lados do Mediterrâneo, diante da decadência da Europa, como a unificação de toda a raça latina. Um termo carregado, essa *latinité*.

No Brasil, o *iberismo* teve uma trajetória muito diferente daquela ocorrida na América espanhola. Em primeiro lugar, até onde sei nunca foi apropriado em sua versão híbrida hispano-americana *iberismo-latinité*. No Brasil, o termo se tornou, primeiramente, um marco histórico institucional que explicava, precisamente, a excepcionalidade brasileira vis-à-vis a *latinité* da América espanhola. Havia, é claro, um *americanismo* brasileiro, conforme mostrou L. W. Vianna, às vezes derivado da excepcionalidade *iberista* (como em Oliveira Vianna ou Richard Morse ou José Guilherme Merquior), às vezes como uma forma local pró ou anti-Estados Unidos (como em Manoel Bomfim, Eduardo Prado, Oliveira Lima). Mas creio que foi somente com o surgimento em todo o continente da teoria da *dependência* (Fernando Henrique Cardoso) que os intelectuais brasileiros falaram plenamente América Latina. Em segundo lugar, o *iberismo* se transformou em uma forma de lidar com algo que a *latinité*, em suas formas americanas híbridas e europeias, não precisava enfrentar: a marca da escravidão. E, finalmente, o *iberismo* sem a *latinité* se transformou em uma maneira brasileira instrumental de lidar com o fator Estados Unidos. Isto é, a forma brasileira do *iberismo* serviu às preocupações estratégicas empíricas do Brasil, que não podiam arcar com o forte anti-americanismo (os Estados

⁴ DIÉGUEZ (2002); VICENS VIVES (1962); MATOS (2006); PESSOA (2013); ROCAMORA (1994); GONZÁLEZ-BLANCO (1917); JUNCO (2001); RIPPY (1922a e 1922b); VIANNA (1997) e FRADERA (no prelo).

Unidos) implicado no *iberismo* e na *latinité* hispano-americanos pré e pós-1898⁵.

Desde meados do século XIX, os intelectuais e a cultura popular brasileira têm, com maior frequência, ignorado ou rejeitado sua caracterização como América Latina. Esta foi, de fato, uma rejeição mútua, com notáveis exceções, as quais, entretanto, não afetaram a inclusão geral do grande império do Brasil, ainda que primordialmente no plano retórico, no termo genérico América Latina em espanhol, e mais especialmente quando escrito em línguas outras que não o português ou o espanhol. Mas a história do Brasil desenvolveu uma marca *iberista*, uma instituição, a monarquia, que tornou o Brasil não-latino-americano desde o início. Antes dos anos 1860, o Brasil entendia a si mesmo como a América não latina, e, de fato, ao invés de ser parte da *latinité*, muitos dos novos países que emergiam do antigo império espanhol teriam gostado de seguir a solução institucional brasileira para a crise mundial iniciada pelas guerras napoleônicas. Em 1809, Portugal, da noite para o dia, transformou-se em mera peça de um todo maior, o império lusitano: o regente e a corte se mudaram para o Rio de Janeiro. A Coroa no Rio servia como força gravitacional, mantendo unido um vasto império. O Brasil, quase metade de um continente, ao contrário dos velhos vice-reinados da Nova Espanha ou do Peru, manteve-se unificado e relativamente estável, em território e estrutura, ao longo de todo o século XIX. A monarquia era o estado, o estado era o império, uma confederação que oferecia mais proteção e estabilidade vis-à-vis os muitos desafios e revoltas domésticas populares nos Estados Unidos e na Europa (especialmente preocupantes devido à permanência de uma ampla economia escravocrata); era, em especial, uma opção melhor do que aquela que a América espanhola significara de 1810 até os anos 1860. Em setembro de 1815, uma nova ordem imperial foi declarada a partir do Rio de Janeiro – o Reino Unificado de Portugal, Brasil e Algarves. O Brasil se transformou em um reino dentro de reinos. Logo após, Dom João foi coroado no Rio de Janeiro – até então, havia sido regente, enquanto sua mãe louca ainda estava viva. Nunca antes disso, e nunca depois, um rei europeu de um vasto império fora coroado na América. Quando as preocupações europeias tornaram inevitável o retorno do Rei para Portugal, seu filho, Dom Pedro, liderou a independência do Brasil (1822). Assim surgiu o império independente do Brasil, cujas organização institucional e integridade territorial foram mantidas – não

⁵ Para evitar múltiplas notas de rodapé, o parágrafo seguinte tem muitas fontes e inspirações: BETHELL (2009); PREUSS (2011); CÂNDIDO (2004); BAGGIO (1998); FREYRE (1975, 1963); SOARES & PINTO (2004); MORSE (1986, 1964) RODRIGUES E SILVA (2004); a coleção de documentos FONSECA, FREYRE et al (2003); TOTA (2000); VIANNA (1997).

sem sérios problemas e desafios – até 1889. Este foi o marco militar, político, legal e institucional que teve consequências duradouras na história a-latino-americana do Brasil.

Este é o marco ibérico institucional que os intelectuais e políticos brasileiros invocavam constantemente ao longo do século XIX. Ao final do século XIX, o diplomata e intelectual brasileiro Oliveira Lima, comparando as Américas latina e anglo-saxônica, mantinha ainda a marca a-latino-americana do Brasil: “It was in thus how Brazil was able in Latin America, in an anarchic period in almost all the continent, to represent domestic peace united with freedom. What Bolivar’s Cesarism could not achieve without his rejection of what Blanco-Fombona calls ‘la tentación liberticida’.” (OLIVEIRA LIMA, 1913). Pois, do momento da independência em diante, os intelectuais e políticos brasileiros defenderam seu caminho excepcional, uma marca institucional derivada das instituições ibéricas: através da monarquia imperial, modificada de diversas maneiras, o Brasil do século XIX empenhou-se na luta para se diferenciar, institucional e culturalmente, da América espanhola. A despeito de afinidades étnicas ou culturais, os interesses imperiais do Brasil, ao invés de aproximá-lo de algo tão etéreo quanto América Latina, o fizeram mais distante, exceto, é claro, em relação ao Rio de la Plata. Mas não se tratava de amor latino-americano; era um assunto imperial.

Os interesses do Brasil vis-à-vis Uruguai e Argentina não podem ser vistos como uma adoção da ideia de América Latina, mas como respostas à natureza imperial do Brasil no Cone Sul. Ao longo do século XIX, o Brasil se envolveu em três guerras com e contra os países do Rio de la Plata: em 1825, contra as Províncias Unidas do Rio de la Plata pela Província Cisplatina (Uruguai), o que teve como resultado, através da mediação do Reino Unido, a nação independente do Uruguai; em 1851, o Brasil se alinhou com as províncias de Entre Ríos e Uruguai contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas; e, finalmente, nos anos 1860, o Brasil juntou suas forças com o Uruguai e a Argentina contra o Paraguai, o que resultou na devastação do Paraguai e na absorção, pelo Brasil, de grande parte do território paraguaio. Da mesma forma, o Brasil se tornou, em 1871 e 1872, com aprovação mundial, o intermediário legal durante as reivindicações de Alabama – os Estados Unidos contra o Reino Unido pelo apoio britânico aos antigos estados confederados. Isto não se deu porque o Brasil fosse o maior país de uma América Latina mítica, mas porque era, de fato, um império, um poder internacionalmente reconhecido que atuou, de forma bem sucedida, como intermediário entre dois poderes – ratificando as reivindicações norte-americanas, é claro. Ao final do

século XIX, com a presença do imperador brasileiro, Pedro II, na Exposição Universal de 1876, na Filadélfia, o Brasil mostrou, abertamente, uma abordagem radicalmente diferente dos Estados Unidos em relação à América espanhola, à Espanha ou a Portugal; uma abordagem que o tornou, por definição, não latino-americano. E assim, naturalmente, os jogos imperiais norte-americanos no México e no Caribe não apenas não eram uma preocupação brasileira, mas também uma proteção contra os inimigos reais do Brasil – seus vizinhos e a Europa. Grandes diplomatas, como o Barão de Rio Branco ou Joaquim Nabuco, aproximaram diplomaticamente o Brasil e os Estados Unidos, e ampliaram a distância entre uma América Latina mítica e o Brasil. Durante o período entre-guerras e a Segunda Guerra Mundial, o Brasil reforçou esta relação “especial” com os Estados Unidos, não como uma república das bananas “vendida”, mas como um império estratégico ciente de suas limitações e de seus interesses comerciais, militares e culturais reais. Esta é a medida da natureza latino-americana material do Brasil.

Culturalmente, é claro, houve algumas tentativas intelectuais de latino-americanizar o Brasil, mas não muitas. Em primeiro lugar, antes da revolução cubana creio que, embora seja difícil testar minha opinião, a ideia em si de que os brasileiros se considerassem latino-americanos não era popularmente concebível. O forte sentido regional do Brasil, a grande população afro-descendente e a imigração maciça do Sul e do Leste da Europa e do Japão tornavam difícil acreditar em um sentido popular amplamente difuso de latino-americanidade. Ser latino-americano era, assim como o *iberismo* na Península, uma preocupação dos políticos e dos intelectuais. A partir dos anos 1970, através dos efeitos da revolução cubana e dos exílios intelectuais, e também nas agendas étnicas globais pós-1990, a cultura popular brasileira estava, de alguma forma, mais familiarizada com a ideia de América Latina.

Assim, antes dos exílios de meados do século XX – quando, segundo o proeminente sociólogo e ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os intelectuais brasileiros descobriram plenamente a existência da América Latina – os intelectuais hispano-americanos não tinham qualquer lugar no Brasil; durante algum tempo eles o admiraram, mas depois dos anos 1860 passaram a ignorá-lo ou teme-lo, dependendo de sua posição. Ao longo dos anos 1830, era possível organizar uma antologia de escritores e homens de estado peruanos, brasileiros, mexicanos ou argentinos que citavam o Brasil como um modelo a seguir. Por exemplo, nos anos 1830, o historiador e político mexicano Lucas Alamán descreveu o vantajoso negócio que 1808 e 1814 haviam representado para o México e a Espanha em termos brasileiros: “Proyecto era este [l]levarse

a la familia real a Nueva España ante la invasión napoleónica] que hubiera producido los más grandes resultados... La independencia de Méjico se hubiera hecho sin violencia ni sacudimientos, como ha sucedido en el Brasil; pero acaso entonces no se hubiera manifestado en España con tanta fuerza, el entusiasmo que produjo algunos días más adelante el glorioso alzamiento de la nación contra los franceses.” De fato, ao longo da primeira metade do século XIX, uma maneira de não conceber a América Latina era pensar no Brasil. Também se poderia elaborar uma antologia de intelectuais argentinos, paraguaios e bolivianos que temiam o imperialismo brasileiro – um dos mais proeminentes era o argentino Juan Bautista Alberdi, que escreveu vários artigos críticos do imperialismo brasileiro durante a Guerra do Paraguai. Mas todos estes escritores pró e contra o Brasil não teriam, em sua maior parte, nada a dizer sobre uma suposta América Latina.

Entre os anos 1830 e 1940, havia poucos livros sobre o Brasil ou traduções de livros brasileiros na América espanhola. Naturalmente, havia algumas traduções espanholas e argentinas (de Nabuco, Oliveira Lima, Eduardo Prado) e alguns poucos livros argentinos sobre o Brasil. No México, antes das traduções de *Raízes do Brasil* (1955), de Sérgio Buarque de Hollanda, e daquilo que foi publicado como *Interpretación del Brasil* (1945), de Gilberto Freyre, não havia nada sobre o Brasil além de panfletos de autoria de diplomatas publicados em espanhol durante a celebração do centenário em 1910 – e também um livro sobre o Brasil escrito pelo ex-embaixador mexicano no Brasil, Alfonso Reyes, um outro panfleto ideológico de autoria do intelectual stalinista Vicente Lombado Toledano, que condenava de forma ambivalente a revolução de Getúlio Vargas no Brasil⁶. Na Argentina, em 1911 havia intelectuais proeminentes, como o argentino Manuel Ugarte, que, do ponto de vista de uma união pró-América Latina, queriam incluir o Brasil. Mas o latino-americanismo de Ugarte se expressava em meio a uma Argentina relativamente estável e em franco desenvolvimento dos anos 1890; assim, suas alegações eram menos uma defesa de uma união racial ou cultural e mais um nacionalismo triunfante anti-Cone Sul diante, exatamente, por um lado, do sucesso econômico e político de países como o Uruguai, a Argentina e o Brasil; e, por outro, do medo pós-1898 do imperialismo norte-americano. “El

⁶ Entre eles, vários livros de Manuel Oliveira Lima (1937, 1918, 1910). Também CUNHA (1938) e uma tradução do livro de Eduardo Prado publicada na Espanha, porém feita pelo pensador mexicano *iberista* e profundamente anti-americano Carlos Pereyra, *La ilusión yanqui*. Livros mexicanos sobre o Brasil: REYES (1938); TOLEDANO (1931). Sobre o Brasil havia SUÁREZ (1918); QUESADA (1907-1908); BERNÁRDEZ (1908); BELTRÁN (1935); ver também ARBOLEDA (1914); ESPONDA (1931); ALBERDI (1919); CARDONA (1925).

patriotismo consiste para la mayoría en cerrar los ojos,” escreveu ele, pois “los pueblos jóvenes, como las mujeres coquetas, no pueden respirar sin la lisonja.” Para ele, a Argentina e o Brasil eram particularmente nacionalistas, incapazes de enxergar sua história e identidade comuns com o resto da América Latina vis-à-vis, é claro, os Estados Unidos, uma “lâmpada ou sol” à luz do qual todas as repúblicas latino-americanas parecem, “según la distancia o el volumen, o mariposas o satélites.” Ugarte era, de fato, um defensor da inclusão do Brasil na entelúquia América Latina, mas não tinha muitos seguidores (UGARTE, 1911).

Na verdade, Ugarte estava seguindo a pista de um crítico e diplomata argentino, Martín García Mérou, que publicou, em 1900, *El Brasil intelectual*, um dos poucos livros em espanhol que tratava da cultura brasileira publicado antes de meados do século XX. O livro era uma revisão detalhada da história literária do Brasil, que divergia da ideia de que, enquanto quase nada do México ou do Peru chegava a Buenos Aires, ao menos alguma coisa estava disponível. Mas sobre o Brasil não havia nada conhecido ou traduzido. O seu tratamento de Nabuco, principalmente do livro sobre Balmaceda, é especialmente interessante; ele o chama de “o Macaulay brasileiro”. Por sua vez, nos anos 1920 e 1930, o mexicano José Vasconcelos publicou dois livros com forte conteúdo brasileiro: *La raza cósmica* (1925), na verdade um manifesto pró-mestiçagem resultante de uma viagem ao Brasil, ao Uruguai e à Argentina; e *Indología* (1930), uma interpretação da Íbero-América que incluía o Brasil, daí o termo *Indología*, “para designar esta nueva corriente vital de la historia... Indología en el sentido de ciencia de Indias, ciencia de Universo, no de las Indias antiguas ni de las Indias modernas, ni de las Indias geográficas, sino de las Indias en el sentido del ensueño colombino de redondez de la tierra, de unidad de la especie y de concierto de las culturas.” Ele situou a capital desta raça cósmica mítica no meio do Amazonas, mas nos anos 1930 ele temia a proximidade diplomática do Brasil com os Estados Unidos e sua falta de *hispanismo*, de *iberismo* real, pois, mais do que América Latina, Vasconcelos falava *iberismo*: “Ya nadie niega el enorme progreso del Brasil; pero se procura ocultar el hecho de que allí reflorece el alma portuguesa que en otra época dominó los mares y abarcó el mundo.” Por sua vez, Alfonso Reyes, embaixador mexicano no Brasil (1930-1935), foi um grande promotor da literatura brasileira em espanhol, considerado verdadeiramente como um interlocutor pelos literatos brasileiros *mainstream*. A sua abordagem intelectual do Brasil, contudo, parece mais próxima do *iberismo* – à la Menéndez Pelayo – do que do latino-americanismo (VASCONCELOS, 1930:10; 120; ELLISON, 2002; CRESPO, 2003).

O latino-americanismo no Brasil foi ao mesmo tempo uma vertente intelectual marginal e, com mais frequência, uma forma importante de definir o Brasil – precisamente como uma imagem que não cria qualquer refração no espelho “América Latina”. Por volta dos anos 1890, estes eram jogos de espelhos estranhos: a América espanhola não traduzia, estudava nem sabia praticamente nada sobre o Brasil, não lia nem se importava com qualquer coisa em português, enquanto os intelectuais brasileiros raramente se importavam com a “América Latina” – a não ser como um agudo contraste negativo, mas, ao longo do século XX, usaram a língua espanhola como instrumento doméstico da sua existência cosmopolita não-latino-americana. A. Cândido assim explicou este quadro: durante o século XX, “o ensino superior do Brasil dos anos de 1940 a 1960 teria sido praticamente impossível” sem as traduções argentinas, mexicanas e espanholas dos clássicos da filosofia e das ciências sociais. Várias gerações de estudantes no Brasil leram Marx, Heidegger ou Weber em espanhol. Praticamente todos os acadêmicos e intelectuais brasileiros liam espanhol; poucos acadêmicos e intelectuais mexicanos, colombianos, argentinos ou cubanos tinham o português como parte de sua bagagem intelectual. Curiosamente, apesar da institucionalização do latino-americanismo norte-americano, a tendência geral prevalece: os brasilianistas norte-americanos em geral lêem ao menos espanhol, enquanto os mexicanistas ou peruanistas “o” norte-americanos raramente se dão ao trabalho de ler qualquer coisa em português.

As atenções brasileiras reais com as vertentes literárias hispano-americanas tinham originalmente inspirações europeias, feitas em francês ou inglês – as preocupações peruanas de Voltaire ou Marmotel no século XVIII, dizia Cândido, inspiraram os *motifs* hispano-americanos do prestigiado poeta brasileiro do século XVIII Basílio da Gama. Assim escreveu ele, ao estilo de Voltaire, sobre Tupac Amaru:

*Ferindo a vista os trêmulos cocares,
Animoso esquadrão de Chefe Augusto,
Rompe as cadeiras do Espanhol injusto
E torna a vindicar os pátrios lares.*

Da mesma maneira, a visibilidade dos escritos de Dario, Rodó ou dos irmãos García Calderón em Paris tornou a *latinité* visível no Brasil. Ainda em 1931, o escritor brasileiro Prudente de Moraes Neto disse a Alfonso Reyes que fora através dos escritos de Valery-Larbaud – o proeminente escritor francês que tanto fez para introduzir escritores espanhóis, ingleses e alemães no cânone

literário francês – que soubera da existência de um dos ícones da literatura argentina, o *Don Segundo Sombra* de Ricardo Güiraldes (1926). Mas antes do efeito da revolução cubana e antes dos exílios intelectuais da segunda metade do século XX, escritores brasileiros tais como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Eduardo Prado, José Veríssimo, Oliveira Lima, Oliveira Vianna (a partir de uma posição totalmente *iberista*) e Manoel Bomfim estavam de alguma forma preocupados com a ideia de América Latina.

Joaquim Nabuco era conhecido e admirado na Argentina e no Uruguai, mas seria correto dizer que era inteiramente desconhecido no resto do continente – talvez com as notáveis exceções de Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña e José Vasconcelos. Mas os muitos escritos de Nabuco não eram adequados para qualquer tipo de *latinité*. Ele era um crítico dos experimentos políticos hispano-americanos. Em 1890, escreveu a Rio Branco elogiando o desenvolvimento das novas nações anglas e criticando as novas nações latinas: “...and perhaps it could be worth while to show how Canada, Australia, and the English colonies have fared under the parliamentary system. These, like those rampant republics of Spanish America, are also young countries, yet their citizens are free men who do not, and will not, ever suffer the same humiliation inflicted on their subjects by the Santa Annas, Barrios, Rosas, Guzmán Blancos, and tuti quanti” (*apud* PREUSS, 2011:103).

Por sua vez Veríssimo, embora um verdadeiro introdutor de escritores hispano-americanos no Brasil, não tinha qualquer lugar em seu pensamento para qualquer tipo de latino-americanismo, a não ser a república ecumênica das letras formada por escritores que conheciam literatura em português, espanhol, francês, inglês... Por seu turno, o *iberismo* de Oliveira Lima, excessivamente sensível e às vezes favorável aos Estados Unidos, ia contra aquilo que a própria ideia de América Latina representava. Ele reinterpretou, de maneira positiva, a *bête noire* do latino-americanismo: a doutrina Monroe. Da sua parte, o forte anti-americanismo de Eduardo Prado, em *A ilusão americana* (1893), baseava-se em argumentos monárquicos, em ideias *iberistas* conservadoras de um paraíso perdido de ordem, que absolutamente não combinava com o latino-americanismo dos anos 1900. Ele era, assim, muito crítico do México republicano de Juarez (aliado do Presidente Lincoln durante a guerra civil), de tudo na América espanhola, pois “O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína de América” (PRADO, 1917:25). O historiador Oliveira Vianna estava mais preocupado com o próprio Brasil e sua matriz *ibérica*, mas, ao manter o *Sonderweg* do Brasil aqui e ali em seus muitos livros, defendia ao mesmo tempo

uma rejeição e uma crítica do século XIX republicano hispano-americano, e uma forma única de anti-americanismo, baseada na ideia de síntese – o modelo norte-americano industrialista, individualista e republicano ótimo aprimorado, ao final, pela tradição pluralista e corporativista *ibérica* brasileira⁷.

O debate entre Romero e Bomfim sobre o livro de Bomfim *A América latina: males de origem* (1905) é um capítulo bem conhecido das concepções raciais no Brasil; Ramos foi o historiador e crítico literário mais importante do início do século XX, enquanto Bomfim era um médico, sociólogo e psiquiatra cuja reputação não se comparava a Ramos. E, de fato, o debate entre eles versava, acima de tudo, sobre suas visões raciais opostas. Enquanto Ramos desprezava a miscigenação e previa o gradual branqueamento do Brasil – afastando-se assim do latino-americanismo pró-mestiçagem mais comum –, Bomfim, um cientista, não via nada de errado na mestiçagem: “Não há na história da América latina um só fator provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras” (BOMFIM, 1905:320). De fato, o livro de Bomfim, à primeira vista, parece ser um manifesto pró-América Latina, defendendo a mestiçagem e a civilização dos povos nativos. Ele elogia o perfil étnico guarani do Paraguai; para ele, os guaranis teriam atingido altos padrões de civilização, se não fosse a devastação causada pelo imperialismo brasileiro. Mas, na verdade, nem Ramos nem Bomfim eram amigos da ideia de América Latina, de qualquer inclusão do Brasil nesta paisagem semântica. Ramos o fazia defendendo a singularidade do Brasil e rejeitando o caos e a promiscuidade raciais da América espanhola; Bomfim o fazia rejeitando de fato a raça *tout court*, e daí a necessidade inevitável de rejeitar a própria ideia de América Latina – um homem sábio. Para ele, a América Latina já era uma categoria racial, e dela nada poderia ser obtido: “o mais lastimável, em tudo isto, é que nós mesmos chilenos, mexicanos, ou brasileiros... de tanto encontrar o conceito, na nitidez e simplicidade dos termos, acabaremos admitindo que deve existir uma América Latina, no sentido dos que, com esse epíteto, nos condenam; isto é, chegaremos a pensar que sofremos de inferioridade essencial, um qual pecado original étnico, e que nos faz irremissivelmente degradados, todos num mesmo destino” (BOMFIM, 1905:325).

Esta posição a-latino-americana tem sido a posição brasileira há muito tempo. No Brasil, escreveu o escritor brasileiro Afrânio Coutinho em 1969, “Em Brasil, cada dia nos sentimos menos latinos”. É claro que isso era um exagero,

⁷ Carta de Nabuco citada em PREUSS (2011:103); COUTO (1932:169); NETO (1932:169); VERÍSSIMO (1986); OLIVEIRA LIMA (1913); PRADO (1917); sobre Oliveira Vianna, ver VIANNA (1997).

pois, graças ao excepcionalismo *iberista* do Brasil, visões únicas do Brasil como menos uma nação mestiça e mais como uma democracia racial começaram a surgir no século XX. Independentemente da correção de Gilberto Freyre ou de Sérgio Buarque de Hollanda em interpretar a raça no Brasil, o fato é que ambos – como, em termos mais racistas, o antropólogo brasileiro Lacerda ou o diplomata e escritor Oliveira Lima – haviam usado as raízes ibéricas, raízes de síntese cultural e racial e abertas a códigos legais e tradições plurais, como forma de construir um perfil racial da nação; um perfil racial que a definição *iberista/latinidade* da América Latina sequer concebia até a segunda parte do século XX, quando Fernando Ortiz em Cuba e Aguirre Beltrán no México abriram a ideia de América Latina para incluir alguma negritude e pluralismo cultural. Assim, no final do século XX, os poucos grandes defensores do Brasil enquanto América Latina, como Darcy Ribeiro, o faziam nos termos de uma defesa dos povos nativos, dos negros e de se falar América Latina como uma opção nativa de civilização. Além disso, desde os anos 1980, intelectuais como Morse – ou, em alguma medida, Merquior – sustentaram a latino-americanidade do Brasil com base em argumentos *iberistas* da Ibéria como um Ocidente esclarecido alternativo, que podia ser traduzido como o *Sonderweg* latino-americano do não individualismo, da mestiçagem e daquilo que José Vasconcelos via como a vantagem do desejo descontrolado, da luxúria – que fascinava o mesmo Freyre ou Morse – como caminho para uma nova opção civilizacional nascida da luxúria (COUTINHO, 1969:19-20; BOMFIM, 1905; AGUIAR, 2000; CÂNDIDO, 2004; MORSE, 1986; RIBEIRO, 2010).

Ao longo das últimas décadas, os interesses estratégicos e comerciais brasileiros no Cone Sul cresceram, e também uma pequena escola de estudos sobre a América Latina, auxiliada pelo número cada vez maior de traduções e de livros brasileiros originais sobre a América Latina – nem tantos assim, contudo, se comparados com os livros traduzidos do inglês, do francês ou do alemão e com a produção de histórias do Brasil, da África lusófona e da conexão racial com os Estados Unidos. Em 2004, a intelectual plenamente latino-americanista mais proeminente do Brasil, Maria Ligia Prado, ainda acreditava: “Sem dúvida, é extremamente difícil permanecer na rota dos estudos latino-americanos, num país que insiste preferencialmente em olhar para a Europa e os Estados Unidos como modelos intelectuais a serem seguidos. A América Latina, em geral, é vista como área menor ou secundária, em que as paixões políticas se sobrepõem ao estudo sério e rigoroso. Assim, o historiador comprometido com as temáticas latino-americanas e fascinado por pensar o Brasil nesse quadro mais amplo, necessita de maiores cuidados e disciplina dobrada para afirmar seus trabalhos. Depois de

todos esses anos, continuo a pensar que é muito mais estimulante olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola do que manter o olhar fixo na Europa” (JUNQUEIRA & RODRIGUES & SILVA, 2004).

2. Sobre a adesão final do autor à “América Latina”, sendo um relato de sua derrota e de sua natureza simplória

A poesia se torna obsoleta, disse Carlos Vaz Ferreira, de duas formas: em primeiro lugar, pela racionalização, porque o excesso de teorização “vampiriza”, “decolora”, “inhibe” a poesia. Assim, alguns poetas se tornam “pensadores” ou “moralistas”. À América Latina/o poema não faltou teorização; será que ela ainda guarda alguma poesia em si? A outra forma da poesia se desvanecer, disse Vaz Ferreira, é através daquilo que de fato torna a poesia sublime: “la hipertensión de la sinceridad y el dolor.” Porque, explicou ele, “... el dolor y la sinceridad, a veces, llevan a otro ‘modo de acabar los poetas’, que es callarse...” (FERRERIRA, 1963). Gosto deste último final para América Latina/o poema: com dor e sinceridade, aceitemos a inevitabilidade de sua existência acadêmica, fazendo o melhor uso *prático* possível do termo como instituição, e deixemos a poética da utopia, da etnicidade e da autenticidade se desvanecerem.

Para ser sincero e prático, falo aqui em *sotto voce*, como um mero historiador e educador. Aceito a derrota: o termo América Latina vai sobreviver ao longo de todo o futuro à vista. O conceito é uma instituição em todos os tipos de agências políticas internacionais, no governo norte-americano, na estrutura de conhecimento das universidades norte-americanas. Com todos os seus problemas, esta instituição intransponível oferece algumas vantagens práticas para a pesquisa e o ensino do passado, qualquer passado. Isto é particularmente verdadeiro se considerarmos que ensinar história ainda é a forma privilegiada de criar indivíduos nacionais, não cidadãos. O que ainda prevalece em todo o mundo é o ensino de histórias nacionalistas – lamentavelmente, até mesmo na Europa de hoje, o único experimento sério do século XX de institucionalização de uma escrita e do ensino de uma história mais-do-que-nacional.

A prevalência do nacionalismo tem sido intelectualmente exaustiva, e também humanamente perigosa (formas de violência nacionalistas, étnicas, intra e inter nacionais). Em meio a uma integração mundial humana e econômica em profunda desigualdade, nós/eles suportamos um duo viciado em história: quanto mais a história se torna irrelevante vis-à-vis os absolutos empoderados, nós e eles, a experiência mostra, matamos com frequência. Percebendo isso, a disciplina

de história nas universidades norte-americanas têm ultimamente valorizado abordagens internacionais, trans-nacionais ou mais do que nacionais do passado. É desnecessário mencionar os muitos obstáculos a estes tipos de abordagens em um meio que favorece o monolinguismo, as políticas de identidade e caminhos civilizacionais claramente isolados – América, o Ocidente, América Latina, África. Treinar e inserir profissionalmente historiadores verdadeiramente mais-do-que-nacionais já mostrou ser tarefa muito difícil. É aqui que um uso não convencional da categoria estabelecida da América Latina pode ser útil.

Podemos nos apropriar do termo como uma porta de entrada para histórias desafiadoras, presentemente relevantes, provocadoras e mais-do-que-nacionais. Não simplesmente repetindo os livros didáticos de história latino-americana, mas usando-os como uma árvore global de longa duração *de facto*, cujos muitos e vastos galhos ainda estão por explorar plenamente. Pois, se tratado com cuidado e humildade, o termo revela conexões interessantes e aponta visões que podem, potencialmente, mudar nossa experiência do presente e nossas possibilidades de futuro.

Para que isto seja possível, a América Latina – a ideia, o lugar, o povo e o tempo presumidos – precisa ser abordada, em primeiro lugar, com uma especificidade plebeia. Isto é, a simples especificidade na consideração do tempo, do espaço, da evidência e da língua tira a América Latina do reino das aspas. Ela reduz à obsolescência estes indivíduos históricos esquisitos, os latino-americanos. De fato, o uso estratégico da categoria de América Latina pode dar acesso a leituras imaginativas, disciplinadas e bem documentadas de circunstâncias históricas específicas, com suas muitas implicações mais do que locais – indo além da ideia de que cada exemplo específico seria uma versão *bonsai* do texto didático mais amplo América Latina. O termo tem sido mais do que nacional ao longo de todo o tempo, embora com maior frequência graças aos equalizadores do exotismo e dos atavismos culturais. Mas a sua natureza mais-do-que-nacional pode trazer à vida conexões e interações históricas que são inalcançáveis por meio de meras histórias nacionais. Por isso a América Latina se torna a entrada convidativa para estórias específicas reveladoras, com múltiplos ecos, cujas conclusões finais talvez não retornem à ideia de América Latina, mas e daí? A especificidade transforma o termo América Latina em uma espécie de luz piscante que algumas vezes ilumina contrastes e paralelos, outras vezes desaparece completamente em suas próprias hipergeneralizações e atavismos.

Uma segunda estratégia para se apropriar historiograficamente do termo América Latina é o próprio “cuidado” que seu componente intrínseco, a diversidade, requer em termos históricos. A alteridade do passado, de difícil

apreensão em relação àquela do presente, tem que prevalecer sobre qualquer outra forma de diversidade, mantendo-se em mente que as coisas parecem semelhantes, idênticas, incompatíveis ou antagônicas dependendo do ângulo de análise. Tomemos a categoria, América Latina, como englobando diversidades em transformação em meio a um fato empírico inegável: ela constitui uma parte da história humana que, ao longo dos últimos quinhentos anos, passou pelo embate, pela interação e pela mistura de grupos nativos, por um colapso demográfico, pelos impérios europeus, pela escravidão, pela presença asiática e africana, pelos modernos estados-nação e pelas sociedades de consumo do século XX. As fontes essenciais da alteridade (raça, etnicidade, religião, cultura, genes) podem ser consideradas, por definição, como históricas, e assim sujeitas à tarefa maior: tentar compreender o que nunca pode ser plenamente entendido, o passado, de uma maneira filosoficamente imaginativa e rigorosamente empírica.

Uma terceira estratégia é usar a categoria de América Latina como ponto de partida para construir aquilo que tem sido parte do termo durante todo o tempo: uma outra visão dos Estados Unidos. O termo estabelecido pode servir para pesquisar e ensinar uma forma não convencional da história dos Estados Unidos. O termo América Latina tem sido um apelo a isso, há décadas ignorado. As esmagadoras conotações anti-americanistas da América Latina nunca permitiram, até hoje, um conhecimento e uma perspectiva sólidos dos Estados Unidos em espanhol, em português ou no inglês do latino-americanismo norte-americano. De certo modo, a ideia de América Latina implicou que os Estados Unidos são, de alguma forma, já conhecidos; não há necessidade de aprendê-los. Mas ensinar a história “latino-americana” pós-1840 já deveria ter sido, há muito tempo atrás, uma forma de ensinar a história dos Estados Unidos. Temos que treinar a nova legião de latino-americanistas norte-americanos com esta capacidade. Se a categoria América Latina sobreviveria caso conseguíssemos fazê-lo não deveria ser motivo para preocupação. Já basta deste anti-americanismo rústico que execra o nome do elefante feio no quarto, como se fosse um monstro monolítico, sem nunca parar para examiná-lo. Pois qual assunto ou momento moderno na região pode ser examinado sem conhecimento da cultura, da política e da história dos Estados Unidos? Em outros lugares discuti extensamente esta estratégia: não tenho mais nada a acrescentar.

Outra estratégia é uma apropriação heterodoxa consciente daquilo que a história é, a saber, síntese. “América Latina” tem sido, contrariando todas as previsões, uma síntese eficiente. Pode funcionar para dar início a novas sínteses,

com base em critérios política e culturalmente relevantes. Assim, América Latina poderia servir como ponto de partida para, por exemplo, uma história ecológica que terá necessariamente como resultado uma síntese mais do que latino-americana. O mesmo poderia ser dito sobre tópicos tais como imigração, cidadania ou linguagem em si mesmo – teço fantasias sobre uma história da filologia no mundo de língua espanhola, que necessariamente incluirá a “América Latina”, mas também envolverá os Estados Unidos, a Espanha, a Alemanha e a França. A nova síntese não precisará partir de “América Latina” como um todo, mas poderia ser novas sínteses de histórias nacionais que poderiam mostrar, digamos, uma história mexicana não-mexicana ou uma história brasileira que não seja tão brasileira, indo além tanto da América Latina quanto de suas respectivas *histórias pátrias*.⁸

Uma última estratégia para aproveitar a categoria estabelecida de América Latina deriva precisamente de sua vagueza. O livro didático América Latina precisa ser considerado como uma coleção peculiar de fatos úteis que visam documentar uma concepção obsoleta há muito consolidada. Isto, por si só, é um bom uso de América Latina/o livro didático – mapear fenômenos no tempo e no espaço, apresentar aos alunos a multiplicidade de tópicos em potencial. Mas ela também serve para apontar a vagueza, a necessidade de dotar a categoria, América Latina, de conteúdos morais, filosóficos e empíricos relevantes. A própria história do conceito precisa ser usada para mostrar as vantagens da vagueza e o risco de se assumir grandes hipergeneralizações empíricas, filosóficas ou utópicas. Pois a latinidade é uma suposição tão comum que qualquer bom uso do termo América Latina se torna, mais do que ensinar, des-ensinar o termo.

O exercício, ainda que pouco representativo e pessoal, é revelador: ao longo de uma década ensinando história “latino-americana” nos Estados Unidos, e história norte-americana no México, comecei meus cursos com perguntas simples: o que é América Latina? Por que sua história? *¿Qué saben de la historia de Estados Unidos? ¿Para qué estudiarla?* As respostas não variavam muito ao longo da última década: a América Latina é um lugar claramente definido, ela é seu povo nativo, ela é o lugar onde a mestiçagem aconteceu, ao contrário dos Estados Unidos, ela é o catolicismo, a língua espanhola e a inquisição, e a expulsão dos judeus, e resistência, e atraso, e corrupção, e verdadeira terra do *latino* norte-americano... *Estados Unidos no tiene mucha historia, no como nosotros, allá*

⁸ No caso da história norte-americana, isto tem sido ao menos tentado, e espera-se que a tentativa continue. Ver THELEN (1992); THELEN & ROSENZWEIG (1998); TYRELL (1991); BENDER (2006, 2002).

mataron a los indios, aquí el mestizaje, es el imperialismo, es el consenso de Washington, es el imperialismo cultural, es Hollywood y es McDonalds, hay que conocer al enemigo, hay que estudiarlo para entender la manera de vencerlo, es lo que no somos. O curso então se transforma em um desaprender de todas essas crenças profundamente enraizadas, abusando da vagueza do termo América Latina, por assim dizer, em *reductio ad absurdum*, ensinando a eles algum problema histórico que de fato pertence ao México ou ao Brasil, mas também aos Estados Unidos, à Espanha, à África... aos alunos. Acabo ensinando uma versão do mesmo curso nos dois lugares. A coisa mais difícil é mostrar aos meus alunos mexicanos o quão inevitavelmente norte-americanos eles são, compartilhando a história que acreditavam não existir, e convencer minhas alunas norte-americanas que, mesmo que sejam chicanas ou latinas, são tão próximas ou estranhas ao passado que estou explicando quanto qualquer “anglo” ou judeu ou chinês da turma. Eles muitas vezes escrevem em suas avaliações coisas como “O Professor Tenorio é... um homem que odeia os alunos, principalmente os norte-americanos” ou “muito erudito, mas inacessível, acha que a América Latina não existe”. Ao longo dos anos, os guerrilheiros de verão de Chiapas ou os neo-bolivarianos vêm me desafiando com histórias de igualitarismo romântico nas quais os Estados mexicano ou brasileiro desaparecem, mas não a Universidade de Chicago ou a ONG norte-americana onde trabalham durante o verão; alunos conservadores reclamaram que debocho da religião, e odeiam quando lhes faço perguntas sobre a história norte-americana e não sabem a resposta. Em resumo, ensino a vagueza que a América Latina ensina, e fantasio que os alunos seguirão adiante com suas vidas secretamente contaminadas por esta descrença metódica; isto é o que considero conhecimento histórico.

Em resumo, estas são as estratégias modestas de um professor simplório. Elas não alcançam o status das teorias, dos conceitos, da política que nós, latino-americanistas sediados nos Estados Unidos, usamos ao esculpir nossos próprios perfis como intelectuais. Mas, incapaz de escapar ao meu presente, ciente das minhas próprias limitações, isto é tudo o que posso fazer com um termo que se tornou minha vocação.

Ni yo ni el concepto damos para mucho más.

Tradução: Maria Claudia Coelho

Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde
(2000) *O rebelde esquecido, tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ALBERDI, Juan Bautista
(1919) *El imperio de Brasil ante la democracia de América; colección de artículos escritos durante la guerra del Paraguay contra la Triple alianza*. Asunción: Edición especial del "El Diario".
- ARBOLEDA, Gustavo
(1914) *El Brasil a través de su historia*. Bogotá: Arboleda & Valencia.
- BAGGIO, Kátia Gerab
(1998) *A "outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeira décadas republicanas*. Ph.D. Dissertation, University of São Paulo.
- BARRIOS, Miguel Ángel
(2007) *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Biblio.
- BELTRÁN, Juan Gregorio
(1935) *Historia del Brasil*. Buenos Aires: Editorial Beltrán.
- BENDER, Thomas
(2002) *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California Press.
- BENDER, Thomas (ed.)
(2006) *A nation among nations: America's Place in world History*. New York: Hill & Wang.
- BERNÁRDEZ, Manuel
(1908) *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro: itinerario periodístico*. Buenos Aires: Talleres heliográficos de Ortega y Radaelli.
- BETHELL, Leslie
(2009) "O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica". *Estudos Históricos*, vol.22, nº.44 (July-December), p. 289-321.
- BOMFIM, Manoel
(1905) *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- BRAUDEL, Fernand
(1948) "Y a-t-il une Amérique latine?" *Annales ESC*, nº. 4.
- CÂNDIDO, Antonio
(2004) "Os brasileiros e a nossa América". *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, p.143-155.
- CARDONA, Mariano Reyes
(1925) *La política imperialista del Brasil*. La Paz: Escuela tipográfica salesiana.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago
(1996) *Crítica de la razón latinoamericana*. Barcelona: Puvil Libros.
- CASTRO-GÓMES, Santiago & GROSGOUEL, Ramón (eds.)
(2007) *El giro descolonial*. Bogotá: Panyivis.
- CENTENO, Miguel Ángel; LÓPES-ALVES, Fernando (eds)
(2001) *The other mirror: gran theory thru the lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- COUTINHO, Afranio
(1969) "¿Qué es América Latina?". *Mundo Nuevo*, nº.36 (June), p. 19-20.
- COUTO, Rui Ribeiro
(1932) "Epistolario: III. El hombre cordial, producto americano". *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes*, nº. 8, (March).
- CRESPINO, Regina Aída
(2003) "Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)". *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, p. 187-208.
- CUNHA, Euclides da
(1938) *Los sertones* (Trad. by B. Garay). Buenos Aires: Imprenta Mercatali.
- DE LA CAMPA, Román
(1999) *Latin Americanism*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.

- DIÉGUEZ, Valentín Cabero
(2002) *Iberismo y cooperación: pasado y futuro de la península ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- ELLISON, Fred P.
(2002) *Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ESPONDA, Eduardo Guzmán
(1931) *Bajo el sol del Brasil*. Bogotá: Editorial Minerva, s.a.
- ESTRADA, Juan Carlos Torchia
(1982) "América Latina': origen de un nombre y una idea." *Inter-American review of bibliography*, 32 (1).
- FERES, João
(2005) *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC.
- FERRERIRA, Carlos Vaz
(1963) *Fermentario*. Montevideo: Cámara de representantes de la República Oriental del Uruguay.
- FONSECA, Edson Nery da; FREYRE, Gilberto, et.al. (2003) *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial.
- FRADERA, Josep María
(s/d) *Naciones imperiales*. Barcelona: Edhasa (no prelo).
- FREYRE, Gilberto
(1975) *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas interrelações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- (1963) "Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação". *Diogene*, nº. 43 (Jun.-Sept).
- GONZÁLEZ-BLANCO, Edmundo
(1917) *Iberismo y germanismo: España ante el conflicto europeo (tres estudios)*. Valencia: Editorial Cervantes.
- GRACIA, Jorge E. & MILLÁN-ZAIBERT, Elizabeth (eds.)
(2004) *Latin American Philosophy for the 21st Century*. New York: Prometheus Books.
- HURTADO, Guillermo
(2011) *México sin sentido*. Mexico City: UNAM/Siglo XXI.
- JUNCO, José Álvarez
(2001) *Mater dolorosa: la idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus.
- JUNQUEIRA, Mary Anne & RODRIGUES E SILVA, Vitória
(2004) "Entrevista com Maria Ligia Coelho Prado". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 65-79.
- LARSEN, Neil
(2003) "Latin America as a Historico-Philosophical relation". *CR: The New Centennial Review*, 3, 1 (Spring), p. 55-66.
- MATOS, Sérgio Campos
(2006) "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)". *Clío*, Nova Série, nº. 14/15, p. 349-400.
- MCGUINNESS, Aim
(2003) "Searching for 'Latin America'. Race and Sovereignty in the Americas in the 1850s". In: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne & ROSEMBLATT, Anne (eds.). *Race and Nation in Modern Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- MENDOZA, Plino Apuleyo; MONTANER, Carlos Alberto & VARGAS LLOSA, Álvaro
(1996) *Manual del perfecto idiota latinoamericano*. Madrid: Plaza & Janés.
- MIGNOLO, W.
(2005) *The idea of Latin America*. London: Blackwell.
- MIRES, Fernando
(1993) *El discurso de la miseria, o la crisis de la sociología en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.
- MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique & JÁUREGUI, Carlos (eds.)

- (2008) *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press
- MORSE, Richard M.
(1986) *El espejo de Próspero*. Mexico City: Siglo XXI.
- (1964) "The Heritage of Latin America". In: HARTZ, Louis (Ed). *The founding of new societies. Studies in the history of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., p. 123-177.
- MOYA, José (ed.)
(2010) "Introduction: Latin America – The Limitations and Meaning of a Historical Category". *The Oxford Handbook of Latin American History*. New York: Oxford University Press, p. 1-24.
- NARLOCH, Leandro & TEXEIRA, Duda
(2011) *Guia politicamente incorreto da América Latina*. São Paulo: Leya.
- NETO, Prudente de Moraes
(1932) "I. La inconexión de América; II. Espacio y tiempo en el alma americana". *Monterrey. Correo literario de Alfonso Reyes*, nº. 8, p. 169.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel
(1937) *Evolución del pueblo brasileño*. Buenos Aires: Imprenta Mercatali.
- (1918) *Formación histórica de la nacionalidad brasileña*. Madrid: Editorial-América.
- (1913) *América latina e América inglesa; a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- (1910) *La evolución histórica de la América latina: bosquejo comparativo* (trad. by A. C. Rivas). Madrid: Editorial-América.
- PALTI, Elías José (ed.)
(2010) *Mito y realidad de la cultura política latinoamericana*. Argentina: Prometeo.
- PESSOA, Fernando
(2013) *Iberia, introducción a un imperialismo futuro* (edited by Antonio Sáez Delgado). Valencia: Pre-Textos, p, 99.
- PRADO, Eduardo
(191?) *La ilusión yanqui* (trans. by Carlos Pereyra). Madrid: Editorial-América.
- (1917) *A ilusão americana; com prefacio e estudo biographico do autor por Leopoldo de Freitas*. São Paulo: Livraria e Officinas Magalhães.
- PREUSS, Ori
(2011) *Bridging the island. Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1865-1912*. Frankfurt: Iberoamericana Vervueart.
- QUESADA, Vicente G.
(1907-1908) *Mis memorias diplomáticas, misión ante el gobierno del Brasil*. Buenos Aires: Impr. de Coni hermanos.
- QUIJADA, Mónica
(1998) "Sobre el origen y difusión del nombre 'América Latina'. O una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad". *Revista de Indias*, vol. 58, nº. 214, p. 595-616.
- (1997) "Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano". *Hispania*, vol. LVII, nº. 196 (May-August), p. 589-609.
- REYES, Alfonso
(1938) *Introducción al estudio económico del Brasil*. Mexico City: Imprenta mundial.
- RIBEIRO, Darcy
(2010) *A América latina existe?* São Paulo: Fundação Darcy Rebeiro.
- RIPPY, J. Fred
(1922a) "Literary Yankeeophobia in Hispanic America". *The journal of International Relations*, vol. 12, nº. 3 (Jan.), p. 350-371.
- (1922b) "Literary Yankeeophobia in Hispanic America (Concluded)". *The journal of International Relations*, vol. 12, nº. 4 (Apr.), p. 524-538.
- ROCAMORA, José Antonio
(1994) *El nacionalismo ibérico: 1732-1936*. Valladolid: Publicaciones Universidad de Valladolid.

- RODRIGUES E SILVA, Vitória
(2004) "O ensino de História da América no Brasil". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 83-104.
- SAINLAUDE, Stève
(2011) *Le gouvernement imperial et la guerre de Sécession (1861-1965): L'action diplomatiques*. Paris: L'Harmattan.
- SALLES, Arleen L. F. & MILLÁN-ZAIBERT, Elizabeth (eds.)
(2005) *The role of History in Latin American Philosophy: contemporary perspectives*. New York: State University of New York Press.
- SAN MIGUEL, Pedro L.
(2010) "Aproximaciones a las representaciones de América Latina en la historiografía estadounidense". *XXIX LASA Conference*. Toronto, Canada, October 6-9.
- (2004) "La representación del atraso: México en la historiografía estadounidense". *Historia Mexicana*, LIII, 3, p. 745-796.
- SOARES, Gabriela Pellegrino & PINTO, Júlio Pimentel
(2004) "A América Latina no universo das edições brasileiras". *Diálogos*, vol. 8, nº. 2 (July), p. 133-151.
- SUÁREZ, José León
(1918) *Diplomacia universitaria americana. Argentina en el Brasil; ciclo de conferencias: Derecho internacional, política internacional, historia diplomática*. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia.
- THELEN, David
(1992) "Of Audiences, Borderlands, and Comparisons: Toward the Internationalization of American History". *Journal of American History*, 79, p. 432-462
- THELEN, David & ROSENZWEIG, Roy
(1998) *The Presence of the Past: Popular uses of History in American Life*. New York: Columbia University Press.
- TOLEDANO, Vicente Lombardo
(1931) *La revolución del Brasil*. Mexico City: Talleres Gráficos de la Nación.
- TOTA, Antonio Pedro
(2000) *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TENORIO TRILLO, Mauricio
(1999) *Argucias de la historia, del Siglo XIX, América Latina y cultura*. Mexico City: Paidós.
- TYRELL, Ian
(1991) "American exceptionalism in an age of international History". *American Historical Review*, 26, 4 (October), p. 1031-1055.
- UGARTE, Manuel
(1911) *El porvenir de la América latina; la raza – La integridad territorial y moral; la organización interior*. Valencia: F. Sempere y compañía.
- VASCONCELOS, José
(1930) *Indología; una interpretación de la cultura ibero-americana*. Barcelona: Agencia mundial de librería.
- VERÍSSIMO, José
(1986) *Cultura, literatura e política na América Latina* (Edited by J. A. Barbosa). São Paulo: Brasiliense.
- VIANNA, Luiz Werneck
(1997) *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- VICENS VIVES, Jaume (Jaime)
(1962) *Notícia de Catalunya*. Barcelona: Ediciones Destino.
- VILABOY, Sergio Guerra
(2002) *Tres estudios de historiografía latinoamericana*. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo.
- VOLPI, Jorge
(2009) *El insomnio de Bolívar*. Barcelona: Random House Mondadori.

Recebido em

julho de 2013

Aprovado em

agosto de 2013